

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CRONOLOGIA DE FATOS PASSADOS ATÉ OS DIAS ATUAIS

Kalina de França Oliveira¹
Cláudia Antônia Araújo Alves dos Santos²

RESUMO

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) nasceu a partir da constatação da elevação de casos de Transtornos do Espectro Autista (TEA) no mundo inteiro e da necessidade de realização de estudos científicos para uma tentativa de descoberta das causas desse espectro e de formas/estratégias de tratamento para ajudar a pessoas com essa demanda. O objetivo geral desse artigo é resgatar o percurso histórico do TEA no mundo, levando em consideração a cronologia de fatos passados até os dias atuais. A vertente metodológica é a pesquisa bibliográfica qualitativa, que se revelou na leitura de livros, de artigos científicos e publicações em torno do tema, como forma de pesquisar informações necessárias para atender ao objetivo proposto. Na história do TEA no mundo, levando em consideração a cronologia de fatos passados até os dias atuais, há aspectos que precisam ser destacados, para um relato da dinâmica do espectro desde os primórdios. A referida cronologia descreve momentos significativos que passam pelo desconhecimento, quando o TEA ainda não era compreendido como tal; seguem-se as publicações dos DSMs, que passaram a classificar o autismo com a definição de critérios de diagnósticos; e seguem-se os vários estudos envolvendo o espectro, traçando suas características e graus e fornecendo elementos para a arquitetura de estratégias de tratamento dos autistas, até se chegar à ciência ABA, que veio revolucionar o planejamento de enfrentamento dos distúrbios ligados ao TEA.

Palavras-chave: Contexto histórico, cronologia, transtorno do espectro autista.

INTRODUÇÃO

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) nasceu a partir da constatação da elevação de casos de Transtornos do Espectro Autista (TEA) no mundo inteiro e da necessidade de realização de estudos científicos para uma tentativa de descoberta das causas desse espectro e de formas/estratégias de tratamento para ajudar a pessoas com esta demanda.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, kalina.ufpb.tae@gmail.com;

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, claudiasantosjp@yahoo.com.br.

O TEA constitui atualmente um dos maiores desafios da área médica e educacional, envolvendo a análise do comportamento, no sentido da compreensão e do enfrentamento das intercorrências que envolvem o espectro e seus efeitos na pessoa autista e até na sua própria família.

Sabe-se que números estimados dão conta de que 2 milhões de pessoas são autistas no Brasil, enquanto há previsão de que nos Estados Unidos, até 2033, a cada 10 crianças, haverá 25% de diagnósticos de autismo, conforme artigo de abril de 2022, publicado pelo Correio Braziliense, no seu sítio na internet.

A ciência ABA, a partir da comprovação da eficácia de suas intervenções, passou a ser um instrumento poderoso para atender essa demanda crescente, o que exige uma conjugação de esforços, incluindo do Estado e a própria sociedade para a preservação dos direitos do autista.

O objetivo geral desse artigo é resgatar o percurso histórico do TEA no mundo, levando em consideração a cronologia de fatos passados até os dias atuais

A vertente metodológica é a pesquisa bibliográfica qualitativa, que se revelou na leitura de livros sobre a análise do comportamento aplicada ao autismo, de artigos científicos e publicações em torno do tema, como forma de pesquisar informações teóricas necessárias para responder ao problema proposto.

1. TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

1.1 OS ACONTECIMENTOS DA DÉCADA DE 40

A história do TEA no mundo, levando em consideração a cronologia de fatos passados até os dias atuais são aspectos que precisam ser destacados, mesmo não sendo a essência deste trabalho de conclusão de pós-graduação, para um relato da dinâmica do espectro desde os primórdios. Estamos falando da história por trás do transtorno do espectro do autista, cuja abordagem nos impõe uma pesquisa parcial de dados constantes em livros, artigos e outras publicações que trataram dessa gênese do espectro e os acontecimentos que surgiram ao longo das décadas.

E entre tantas narrativas históricas detectadas na pesquisa, há uma certa concordância sobre o papel mais do que relevante desempenhado por Leo Kanner, Hans

Asperger, Lovass, Michael Rutter, Samuel Gridley Howe e Eugen Bleuler, entre tantos outros, que se dedicaram ao estudo de distúrbios comportamentais ligados ao espectro autista.

Dentre as narrativas históricas trazidas neste trabalho, sem qualquer indicação preferencial, a Associação de Pais e Profissionais de Saúde, através do sítio na internet “autismoerealidade.org.br”, embora sujeita a possíveis críticas quanto ao pleno acerto da cronologia anunciada, apresenta fatos relevantes que desencadearam a história do autismo, que teria se iniciado na década de 40.

É possível dizer que a publicação nos Estados Unidos, em 1943, da obra de Leo Kanner, psiquiatra austríaco, sob o título “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo” (KANNER, L. Follow-up study of eleven Autistic Children original reported, 1943, pp 161-187), é um marco da abordagem do autismo, pois retrata a situação de crianças que apresentavam comportamentos fora dos “padrões normais”, caracterizados essencialmente por isolamento e repetição do que ele chamou de “maneirismo motores”, retratando, de igual modo, distúrbios de comunicação, que significavam ausência de linguagem, embora, em 1946, Kanner voltou a se expressar sobre essa questão da possível ecolalia das pessoas autistas dizendo que não seria propriamente uma ausência de linguagem considerando certa capacidade criadora desses indivíduos, que empregavam “construções linguísticas” que faziam sentido dentro de um contexto, como foi abordado por Juliana Cáu Durante, Doutoranda em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/PPGL -, no seu trabalho intitulado “Autismo: Uma questão de identidade ou diferença?”, publicado durante o III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS).

Logo em seguida, no ano de 1944, Hans Asperger, psiquiatra e pesquisador austríaco, escreve um artigo intitulado ‘A psicopatia autista na infância’, oportunidade em que ele destaca um quadro patológico que atinge preferencialmente os meninos, que, segundo sua observação, apresentavam falta de empatia, baixa capacidade de fazer amizades, conversação unilateral, foco intenso e movimentos descoordenados.

O trabalho de Asperger, tendo sido publicado durante a ocorrência da 2ª Guerra Mundial, não produziu um impacto na comunidade médica, só que, em 1980; isto é: mais de 35 anos depois da data da publicação, é recepcionado como um estudo pioneiro sobre o autismo. É por isso que, 18 de fevereiro de 2007, dia do aniversário de Asperger, acabou

escolhido para a realização de uma campanha mundial de informação sobre a Síndrome que leva seu nome.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais refere-se a uma iniciativa da Associação Americana de Psiquiatria que definiu critérios de diagnósticos das patologias mentais, no sentido da orientação de médicos e outros profissionais de saúde.

Ao longo das últimas décadas, sete edições do DSM foram publicadas: DSM-I; DSM-II; DSM-III; DSM-III-R; DSM-IV; DSM-IV-TR; DSM-V.

Nas considerações acerca do TEA, a primeira inclusão ocorreu no DSM-III, classificado como “autismo infantil”, isto no ano de 1980. Logo depois, em 1987, a Associação Americana de Psiquiatria apresentou uma revisão do DSM-III, que passou a se chamar DSM-III-R. Nesse manual de 1987, o transtorno autista ganhou novos contornos de classificação, inclusive, com alusão ao termo comorbidade. É que, se o indivíduo fosse diagnosticado com mais de uma condição patológica, não era lógico pensar que uma delas fosse prevalecer sobre a outra. É exatamente essa compreensão que conduziu o DSM-III-R a incluir o citado termo comorbidade.

Embora seja uma discussão técnico-científica árida, que menciono neste trabalho apenas com o desejo de realçar as mudanças ocorridas no DSM-III, o DSM-III-R, ao tratar dos transtornos de personalidade cuidou de excluir duas taxonomias, que são classificações para individualizar as várias espécies de doenças mentais. Neste contexto, o manual eliminou do diagnóstico de transtorno de personalidade aquela subdivisão que se referia à personalidade sádica e à personalidade depressiva, que foram movidas para o eixo das parafilias (patologias ligadas ao desejo sexual intenso) e espectro dos transtornos do humor, respectivamente.

O DSM-III, de 1980, e sua posterior revisão - o DSM-III-R -, de 1987, tiveram como característica marcante uma nova visão do TEA, afastando-o de uma condição típica de esquizofrenia. A partir de estudos indicando que o autismo estaria ligado a distúrbios do cérebro, os manuais em referência adotaram critérios para o correto diagnóstico, incluindo alterações comportamentais que geravam falta de interesse pelas pessoas, deficiências na fala e na comunicação, que se manifestariam nos primeiros trinta

meses de vida. A citada revisão de 1987 incluiu a condição de autismo leve, sob a classificação transtorno autista não especificado, e, ao mesmo tempo, afastou o critério temporal – 30 meses – como característica do transtorno.

Em verdade, o DSM foi criado para determinar, em linguagem objetiva e clara, os critérios de diagnóstico de patologias comportamentais (ou das doenças mentais).

O DSM-IV veio em 1994, mantendo a mesma divisão do DSM-III e do DSM-III-R. Mas são identificadas algumas alterações, destacando-se o acréscimo de itens sobre características e transtornos associados, características específicas à cultura, à idade e ao gênero, prevalência, padrão familiar e diagnóstico diferencial. O DSM-IV, no ano de 2000, passou por uma revisão, que passou a se chamar DSM-IV-TR, quando foram incluídos cinco tipos de transtornos de personalidade, mas manteve os diagnósticos específicos desses transtornos do DSM-IV.

Em 2013, o DSM-V altera a classificação anterior do autismo, abrigando as subcategorias do espectro e definindo um único diagnóstico: ‘Transtorno do Espectro Autista (TEA)’. A partir dessa classificação, as pessoas autistas são diagnosticadas em um único espectro com diferentes níveis de gravidade. O DSM-V, mesmo sendo de 2013, é a mais recente edição do manual.

Trata-se, pois, do primeiro documento que deu nova definição ao diagnóstico do autismo, criando o conceito de TEA – Transtorno do Espectro Autista -, para englobar outros distúrbios que apresentavam os mesmos sintomas. Estar-se falando em Autismo de Alto Funcionamento, Autismo Clássico, Autismo Infantil, Autismo Atípico, Síndrome de Asperger, Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação e Transtorno Desintegrativo da Infância.

Segundo o DSM-V, o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos. E mesmo que os sintomas possam se apresentar diferentes, o diagnóstico de autismo não pode dispensar a observação desses distúrbios ligados à interação social, à comunicação e a comportamentos repetitivos e restritos.

2.1 OUTROS EVENTOS SOBRE O AUTISMO AO LONGO DOS TEMPOS



Saindo dessa narrativa histórica dos manuais diagnósticos, a história do autismo, na década de 60, revela a evidência de que o TEA estaria ligado a um transtorno do cérebro, e já em 1965 houve o diagnóstico da Síndrome de Asperger.

Em 1978, Michael Rutter, professor de Psiquiatria Infantil no Reino Unido e chamado de ‘pai da psicologia infantil’, classificou o autismo como sendo um distúrbio do desenvolvimento cognitivo, que foi um marco na compreensão do espectro. Aliás, Rutter propôs uma definição a partir de quatro critérios: “atraso e desvio sociais não só como deficiência intelectual; problemas de comunicação não só em função de deficiência intelectual associada; comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos; e início antes dos 30 meses de idade” (Rutter M. *Diagnosis and definitions of childhood autism. J Autism Dev Disord* 1978;8(2):139-61).

Em 1981, Lorna Wing, médica e pesquisadora inglesa, desenvolve o termo ‘Síndrome de Asperger’, fazendo referência a Hans Asperger. O trabalho de Lorna revolucionou a forma como o autismo era considerado e influenciou o mundo. Lorna Wing, sendo também mãe de autista, “defendeu uma melhor compreensão do autismo e o desenvolvimento de serviços para indivíduos com TEA” (Wing L. *Asperger's syndrome: a clinical account. Psychol Med* 1981;11(1):115-29).

E o que mais seria possível destacar na história que se desenrola no entorno do TEA: Em 2007, a ONU institui o dia 2 de abril como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, exatamente para chamar atenção da população em geral da importância de conhecer e tratar o transtorno, naquela época, afetando cerca de 70 milhões de pessoas no mundo todo, conforme divulgado pela Organização Mundial de Saúde. No Brasil, em 2018, o dia 2 de abril passa a integrar o calendário nacional como data oficial comemorativa do Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo.

No ano de 2012, a Lei nº 12.764/2012, chamada de Lei Berenice Piana, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, sendo um marco legislativo para tutelar os direitos dos indivíduos com TEA.

Neste lapso temporal, repita-se, que não esgota a descrição da história do autismo no mundo, e que não está imune a algum tipo de equívoco, ainda podemos citar, no Brasil, a edição da Lei nº 13.145/2015, que dispôs sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência, definindo uma ampla proteção para os indivíduos com TEA, sendo o referido Estatuto um marco na defesa da igualdade de direitos dos deficientes.

E ainda poderíamos incluir outros fatos marcantes na história do autismo, como o de 18 de outubro de 1961, quando, no Reino Unido, Helen Allison falou ao programa ‘Women’s Hour’ da BBC de Londres sobre Joe, seu filho com autismo. O autismo era praticamente desconhecido na época, e essa entrevista de Helen Allison teve grande repercussão, na medida em que, a partir da entrevista, milhares de pais passaram a identificar, em seus filhos, aqueles sintomas descritos na entrevista.

Também é relevante citar, no ano de 1962, a fundação da primeira associação no mundo de pais de crianças com autismo, a National Autistic Society.

E nesta longa história do autismo, é imprescindível destacar o estudo de Ole Ivar Lovaas, pioneiro ao empregar novo paradigma teórico para o tratamento do autismo: o behaviorismo. Desse estudo se originou a ciência ABA que hoje conhecemos. Lovaas fez experimentos no Instituto de Neuropsiquiatria da Universidade da Califórnia, com crianças institucionalizadas ou não, que “visavam retardar a frequência de comportamentos fisicamente nocivos em crianças que eram vistas como autodestrutivas, e que exerciam autolesão e agitação intensa do corpo”. Essa pesquisa realizada ficou conhecida na história da psicologia como a controversa terapia de aversão; ou seja: tentava-se enfrentar os comportamentos-problema com estímulos aversivos. Mas, com o passar do tempo, Lovaas mudou o foco dos seus estudos, e, ao invés de aplicar punições, passou a utilizar reforçadores, o que representou a utilização de modelagem de repertórios comportamentais mais adaptativos. Em consequência, “as sessões estruturadas, com tempo e ordem determinada, decomposição de tarefas complexas em partes mais simples e o uso de reforçadores” resultaram a criação da *Applied Behavior Analysis* (Análise Aplicada do Comportamento – ABA).

Enfim, Ole Ivar Løvaas, psicólogo, pesquisador e professor norueguês, radicado nos Estados Unidos, foi um dos primeiros pesquisadores a modificar comportamentos de crianças autistas utilizando a Análise do comportamento aplicada.

No livro “O Desenvolvimento do Autismo”, de Thomas L. Whitman (M. Books do Brasil Editora, 2015, p. 26-27), são citadas as pesquisas sobre o autismo de Eric Schopler e Gary Mesibov, que também deixaram um legado em programas de intervenção voltados ao TEA.

No artigo “Autismo: Conceito e Diagnóstico”, de Francisco Baptista Assumpção Jr e Evelyn Kuczynski, incluído no Livro “Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista (Organizado por Ana Carolina Sella e Daniela Mendonça

Ribeiro, Appris Editora, 2018, p. 19-22), a questão histórica do autismo segue o mesmo itinerário, passando pelo artigo de Leo Kanner, em 1943; pela tese de doutorado de Hans Asperger, em 1944; e pelos manuais a DSM-I ao DSM-V.

No artigo em comento, há outras citações de marcos históricos que envolvem o tema do TEA: no final de 1960, a inclusão do autismo, pelo “Grupo para o Avanço da Psiquiatria”, tradução de Groups for the Advancement of Psychiatry, na Inglaterra, no rol das psicoses da primeira e da segunda infância; do trabalho de Gillberg, em 1990, que afirmou que é “altamente improvável que existam casos de autismo não orgânico (...). O autismo é uma disfunção orgânica”, sugerindo o modo mais correto de ver o espectro através da biologia; do trabalho de Burack, em 1992, que reforçou a ideia de déficit cognitivo das pessoas autistas.

Ainda é possível extrair uma “cronologia do autismo”, do livro de John Donvan e Caren Zucker (Outra Sintonia, a História do Autismo, Companhia das Letras, 2017, p. 551-563), que nos remete para tempos mais pretéritos, começando em 1848, quando o educador Samuel Gridley Howe leva ao conhecimento da Assembleia Legislativa de Massachusetts investigação por ele encetada sobre deficientes intelectuais daquele estado americano, compreendendo-se, hoje, que entre esses indivíduos provavelmente existiriam alguns diagnosticados como autistas.

Há, também, referência sobre o psiquiatra suíço, Eugen Bleuler, que utilizou a expressão “pensamento autista”, em 1910, para designar padrões de raciocínio de alguns de seus pacientes esquizofrênicos.

Igualmente fala-se de “experimentos” realizados, em 1959, por pesquisadores que ministraram LSD em crianças com autismo, sob o pensamento de haver alguma repercussão positiva no desenvolvimento da fala.

Não menos importante é o estudo sobre a prevalência do autismo idealizado com crianças de 8 a 10 anos de idade, no Estado de Middlessex, na Inglaterra, por Victor Lotter, psicólogo sua-africano. Aliás, a estatística apresentada por Lotter, de 4,5 casos em cada 10 mil crianças, passa a ser vista como um referencial estatístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, o TEA foi identificado em algumas crianças décadas atrás e sua história é uma complexa luta para se entender, pelas pesquisas científicas, as causas determinantes

do autismo e o tratamento mais adequado para restaurar ou desenvolver habilidades do autista. A análise do comportamento, enquanto ciência da área de atuação da psicologia, tem esse escopo fundamental de estudar o comportamento humano. E quando o comportamento humano envolve a pessoa com autismo, a respectiva análise comportamental tem essa preocupação de encontrar respostas e intervenções que possam garantir uma melhor qualidade de vida.

Seria possível apontar muitos outros fatos relevantes ligados à história do autismo. O certo é que essa cronologia descreve momentos significativos que passam pelo desconhecimento, quando o TEA ainda não era compreendido como tal; seguem-se as publicações dos DSMs, que passaram a classificar o autismo com a definição de critérios de diagnósticos; e seguem-se os vários estudos envolvendo o espectro, traçando suas características e graus e fornecendo elementos para a arquitetura de estratégias de tratamento dos autistas, até se chegar à ciência ABA, que veio revolucionar o planejamento de enfrentamento dos distúrbios ligados ao TEA.

Mas é preciso compreender que a história do autismo ainda não se encerrou. Há outros capítulos que precisam ser escritos pela ciência, no sentido de termos a compreensão das causas do espectro e de sua possível cura. Até lá, resta a esperança que se deposita na ciência, na pesquisa e em pesquisadores incansáveis que se dedicam de corpo e alma ao estudo do TEA.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Francisco Baptista Jr.; KUCZYNSKI, Evelyn. Autismo: Conceito e Diagnóstico. **Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista**. Appris Ed., 2018, p. 19-22.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra Sintonia, a História do Autismo**. Companhia das Letras, 2017, p. 551-563.

KANNER, L. **Follow-up study of eleven Autistic Children original reported**. 1943, p. 161-187

RUTTER, M. **Diagnosis and definitions of childhood autism**. J Autism Dev Disord, 1978, p. 139-161.



WHITIMAN, Thomas L. **O Desenvolvimento do Autismo**. M. Books do Brasil Ed., 2015, p. 26-27.

WING L. **Asperger's syndrome**: a clinical account. Psychol Med, 1981, p. 115-129.